

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.745.873 - GO (2018/0135099-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : LEANDRO LISBOA NOVATO
RECORRIDO : MARCO ANTONIO RIBEIRO BORGES
RECORRIDO : MARCIO MARTINS DE CASTRO ANDRADE
RECORRIDO : JOAO FERREIRA DA SILVA SOBRINHO
ADVOGADOS : LUÍS ALEXANDRE RASSI - GO015314
ROMERO FERRAZ FILHO - GO033000
GABRIEL CARVALHO LIMA - GO037885

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. HABEAS CORPUS. QUADRILHA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ORDEM CONCEDIDA. HOMOLOGAÇÃO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO ORIGINÁRIO. PERDA DO OBJETO RECURSAL.

Recurso especial não conhecido, por ter ficado prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Ministério Público do Estado de Goiás**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local.

Nas razões recursais, aponta o *Parquet* estadual contrariedade aos arts. 41 e 619 do Código de Processo Penal, sustentando, em suma, a anulação do acórdão proferido nos embargos de declaração e, subsidiariamente, o afastamento do trancamento da ação penal (fls. 2.879/2.885).

Oferecidas contrarrazões (fls. 2.894/2.902), foi o recurso admitido na origem.

Noticiada às fls. 2.931/2.940 a suspensão dos autos originários, em razão do aceite da proposta de suspensão condicional do processo e homologação no Juízo de primeiro grau, determinei a intimação do recorrente, para se manifestar acerca das alegações e dos documentos apresentados (fl. 2.942).

Às fls. 2.946/2.948, o Ministério Público do Estado de Goiás se manifestou pela prejudicialidade do presente recurso especial, ante a perda de objeto. Remetidos os autos ao Ministério Público Federal, opinou o *Parquet* pela prejudicialidade do recurso, nos seguintes termos (fl. 2.951):

Superior Tribunal de Justiça

PENAL – PROCESSUAL PENAL – CRIMES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE – CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA – PERDA DO OBJETO.

A homologação da suspensão condicional do processo originário acarretou a perda superveniente do objeto do recurso especial interposto pelo *Parquet*.

WRIT PREJUDICADO.

É o relatório.

De fato, com a homologação da suspensão condicional do processo originário, fica evidenciada a perda de objeto do presente recurso interposto pelo Ministério Público do Estado de Goiás.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial, por ter ficado prejudicado.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator